



TESES



SUMÁRIO

A Era Vargas e a independência nacional _____	08
Sistema financeiro brasileiro _____	14
Desindustrialização: causas e soluções _____	19
Trabalhadores do Campo e Reforma Agrária _____	24
Ciência, Tecnologia & Inovação _____	27
Ataque aos Direitos Sociais e Trabalhistas _____	30
Educação, Cultura & Qualificação Profissional _____	33
Segurança Pública - Serviço público: o Estado para quem precisa _____	37
Movimento Sindical e a Agenda dos Trabalhadores Brasileiros - sub temas: Saúde & Trabalho _____	41
Mundo do Trabalho e o Futuro do Emprego _____	45
Relações Internacionais e a Soberania Nacional _____	48
Democracia e Constituição _____	52
Carta de Princípios _____	56

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Apesar de tantas dores e desafios que os últimos anos têm colocado sob as costas da classe trabalhadora brasileira, o momento nos traz também uma oportunidade única de repensarmos coletivamente o futuro não só de nossa entidade, mas de todo um movimento sindical e sociedade.

É diante de mais de 500 mil mortos pela pandemia, ameaças à nossa democracia e um mundo do trabalho, que ao mesmo tempo em que tenta se reerguer das cinzas da pandemia, vem experimentando transformações sem volta com o avanço de tecnologias e novos modelos de trabalho que tomaremos este III Congresso como oportunidade de repensar nossas atividades e honrar os nomes de milhares de trabalhadores que seguem nas ruas do Brasil apesar do total desamparo por parte das autoridades competentes.

Os números que abatem nossos companheiros e companheiras no Brasil são assustadores. O desemprego no Brasil atingiu a taxa recorde de 14,7% no 1º trimestre de 2021, em meio aos desafios impostos pela piora da pandemia no país. O número de desempregados também bateu um novo recorde, chegando a 14,8 milhões de pessoas.

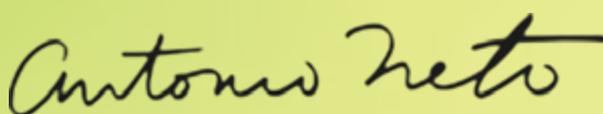
Essa é a maior taxa e o maior contingente de desocupados de todos os trimestres da série histórica, iniciada em 2012.

Esse mundo que se avizinha não apresenta apenas desafios, mas também um cenário promissor para quem cerrou fileiras com a classe trabalhadora nas últimas 4 décadas dominadas pela lógica neoliberal. Chega ao fim a era da retirada de direitos, desnudada pela dureza da maior crise sanitária de nossas gerações e com seu fim uma agenda de valorização do trabalhador e da soberania nacional ganha espaço com um dos fiadores mais improváveis, o presidente dos Estados Unidos da América Joe Biden, que lançou mão de alguns dos mais ousados planos de valorização sindical na história.

Esta é uma oportunidade única para que todos participem dessa construção. Buscamos unir setor público e privado para enriquecer este debate. Queremos a sua participação, o seu empenho e confiança para que a nossa economia supere as barreiras que as impedem de avançar. Passamos por um momento de união e profunda reflexão sobre o nosso presente e futuro.

Venha participar deste momento histórico.

Seja bem-vindo ao Congresso da CSB.



PRESIDENTE DA CSB



INTRODUÇÃO

Nos reunimos neste ano com o desafio não só de definir os rumos da CSB e dos mais de 5 milhões de trabalhadores por ela representados, mas de fazê-lo em um dos mais graves e complexos momentos já vividos pela humanidade e sem dúvida por nossa geração.

O impacto da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho global foi quatro vezes maior do que o da crise econômica de 2008, como revelado pelo diretor da Organização Internacional do Trabalho, Guy Rider, durante a abertura da Conferência da OIT há algumas semanas.

“Para alguns, a experiência de trabalho durante esta pandemia foi aborrecimento, tédio, estresse e frustração. Para outros, foi sobre medo, pobreza e sobrevivência”, disse Guy Ryder durante a abertura da conferência.

Até o momento, a crise sanitária empurrou mais de 100 milhões de trabalhadores para a pobreza, observou a OIT em seu relatório anual sobre Emprego Mundial e Perspectivas Sociais, publicado antes da conferência.

Os números que abatem nossos companheiros e companheiras no Brasil não são menos assustadores. O desemprego no Brasil atingiu a taxa recorde de 14,7% no 1º trimestre de 2021, em meio aos desafios impostos pela piora da pandemia no país, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de desempregados também bateu um novo recorde, chegando a 14,8 milhões de pessoas.

Essa é a maior taxa e o maior contingente de desocupados de todos os trimestres da série histórica, iniciada em 2012.

Se somados aos desempregados a população desalentada (quem desistiu de procurar uma oportunidade no mercado de trabalho) temos mais 6 milhões de pessoas, crescendo 25,1% ante o mesmo período de 2020. O percentual de desalentados na força de trabalho foi de 5,6%.

Ou seja, a taxa de desemprego só não é ainda maior no país porque muitos brasileiros desistiram de procurar uma ocupação e não são computados pelas métricas estabelecidas pelo instituto.

E por fim, como efeito nefasto das reformas e políticas neoliberais que dominaram o Brasil nas últimas décadas e têm sua epítome na figura de Paulo Guedes, temos 34 milhões de pessoas atuando na informalidade. Sem garantia de um salário digno ao fim do mês ou qualquer salvaguarda de direitos constitucionais que foram conquistados ao longo de duras batalhas na história brasileira e lançados no esquecimento pelas reformas trabalhista, previdenciária e inúmeras medidas provisórias sacadas por uma elite entreguista e predatória.

O Brasil chega a marca de quase 600 mil mortos vítimas do descaso e negligência daqueles que deveriam liderar o enfrentamento à mais grave crise sanitária de nossa História. O Brasil quer mudar, quer um novo normal onde as promessas da Constituição Cidadã sejam cumpridas. Um tempo em que a sonhada democracia inunde as periferias, os sertões e os lares mais vulneráveis com uma educação emancipadora, um sistema de saúde universal e o direito ao trabalho digno.

E para que o novo se concretize é necessário um Projeto Nacional de Desenvolvimento que tenha coragem de mudar o velho modelo econômico, que acredite no nosso povo e que enfrente a velha lógica do trocar João por José e Maria por Ana. O caminho exige um norte, uma bússola acima de interdições ideológicas e simplificações populistas. Para isso se precisa olhar para o futuro para superar a mentira do passado e a tragédia do presente que tanto mal fizeram à nossa gente. Nós queremos voltar a sonhar, um direito que foi destruído por aqueles que prometeram ilusões a um povo que ousou acreditar.

Apesar de todas essas dificuldades impostas, a força da mobilização da classe trabalhadora passou por cima de reformas e de um ambiente cada vez mais hostil com sindicatos. Quando da realização de nosso último Congresso a CSB tinha 500 entidades filiadas, hoje somamos 1000, que juntas representam mais de 5 milhões de trabalhadores.

Os ventos também parecem estar mudando no plano internacional, com as economias mundiais colocadas de joelhos pela pandemia chegou a vez de países darem um basta no conto neoliberal e avançarem para políticas econômicas que priorizem o desenvolvimento econômico sustentável e digno, com mão de obra bem remunerada, sindicalizada e no centro das prioridades antes ocupada pela “ganância do lucro” de alguns poucos.

Talvez o maior sinal dado às lideranças mundiais tenha partido de onde menos se esperava. Nos primeiros dias de governo, Biden declarou o seguinte: “Estamos começando a trabalhar para reconstruir a espinha dorsal dos EUA: a indústria, os sindicatos e a

classe média”. Para o cargo equivalente ao de ministro do Trabalho, ele nomeou um ex-sindicalista. O novo presidente americano ainda assinou uma série de atos executivos com medidas de proteção aos trabalhadores e fez um discurso histórico, no final de fevereiro, defendendo o direito de organização sindical, que enfrenta entraves historicamente maiores do que os nossos nos EUA.

Mas por que esse entusiasmo dos trabalhadores pela candidatura de Joe Biden, que não deteve o longo processo de enfraquecimento dos sindicatos quando era vice de Obama? A primeira frase do seu “Plano de Fortalecimento das Organizações Trabalhistas, da Negociação Coletiva e dos Sindicatos”, parte do seu programa de governo, resume bem a questão: “Sindicatos fortes construíram a grande classe média americana”.

Demorou, mas, em meio à tripla tragédia da pandemia, da grave crise econômica decorrente dela e do governo Trump, os democratas reconheceram o óbvio: “Não é coincidência que esse declínio [no número de trabalhadores sindicalizados] tenha ocorrido ao mesmo tempo em que cresceu a desigualdade de renda. Quando os trabalhadores são impedidos de se organizar e de se envolver em negociações coletivas, os resultados previsíveis são salários estagnados e uma classe média em declínio”, diz outro trecho do documento.

Ações como essa reverberaram também no Brasil, com ações que pareciam impossíveis há pouco tempo. Desde 2019 as celebrações do 1 de Maio têm sido unitárias, neste ano pela primeira vez as Centrais Sindicais apresentaram uma Pauta Prioritária Única ao Congresso Federal e estiveram unidas nas ruas e corredores do poder lutando por auxílio, vacina, emprego e comida no prato.

Foram inúmeras campanhas de doação de alimentos pelo país, atos conjuntos nas redes e ruas. Entre elas se destacou a intermediação realizada junto ao governo chinês para liberação de insumos necessários à fabricação de vacinas e a construção de um conselho junto ao governo do Estado de São Paulo onde todas as Centrais podem ter voz ativa nas discussões sobre medidas emergenciais essenciais na pandemia.

Reafirmamos também algumas lutas históricas como a defesa da liberdade de organização dos trabalhadores brasileiros, baseada nos princípios estabelecidos no Artigo 8º da Constituição Pátria, com a convicção de que a unicidade sindical é a legítima e democrática garantia da representação trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados.

E por fim destacamos a luta para que as convenções da OIT sejam cumpridas como regras para a proteção laboral em nosso país já que mesmo o Brasil sendo signatário, muitas convenções não são aplicadas, em especial a 151 que garante o direito de negociação dos funcionários públicos.

As ilações e articulações para promover uma reforma sindical com a intenção de pulverizar a criação de sindicatos no País, a chamada pluralidade sindical representa um golpe final na existência dos sindicatos brasileiros que já estão mortalmente feridos com o advento da reforma trabalhista, que sufocou financeiramente as entidades, desmantelou o sistema de negociação coletiva e promoveu um corte de direitos jamais visto na história do País.

É diante desses desafios e oportunidades que a CSB faz um chamado para que juntos, sindicatos, povo trabalhador e classe produtiva, lutem por uma nação que respeite o meio ambiente e sua riqueza intrínseca, que reúna quem trabalha e produz, que garanta aos seus filhos o direito à legítima organização dos trabalhadores e, sobretudo, que faça valer o direito à vida digna! A história nos chama, para fazer frente à maior ameaça vivida em gerações pelos milhões de brasileiros que hoje vivem sem emprego, sobre a sombra da fome e da falta de um teto sobre suas cabeças. A hora é agora.



A ERA VARGAS E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL



A ERA VARGAS E A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

A INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA É UM ETERNO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, UMA SUCESSÃO DE CICLOS QUE SE AMPLIAM, QUE NÃO RARO SE RENOVAM, E QUE PARECEM DESCONHECER QUALQUER TERMO FINAL.

Em discurso proferido em 1951, o presidente Getúlio Vargas aponta que a independência econômica é a questão decisiva para a libertação de qualquer nação:

“A independência política é um ato de força, que se prepara como revolução e que se concretiza num instante decisivo, criando uma nova ordem jurídica e traçando sobre o mapa continental os limites de uma nova soberania. Uma vez conquistada, ela se impõe como fato e como direito, e os seus efeitos perduram, desde que o povo, que se fez independente, saiba conservar – como nós temos sabido – o bem que adquiriu.

Muito diversa é a independência econômica. Não provém de uma revolução, mas de um processo evolutivo, que se vai completando a pouco e pouco. Não cria uma nova ordem jurídica, porém transforma lentamente a ordem já criada, procurando adaptar o formalismo das normas às exigências materiais da vida humana em sociedade. Não traça no mapa das nações nenhum limite novo de soberania, mas delimita, dentro do próprio meio social, a independência real do indivíduo e as condições fundamentais da vida – o bem-estar, a felicidade, os confortos indispensáveis à fecundidade do trabalho e, de modo geral,

aquele princípio equitativo que aconselha uma gradativa e proporcional distribuição da riqueza, dos bens materiais e das amenidades da existência entre os que trabalham e produzem.

Essa tarefa não é obra de uma geração, nem apanágio de um século: é uma soma infinita de esforços sucessivos, é produto de um longo período de adaptação às circunstâncias da vida em comum e às condições da própria economia mundial. A bem dizer, a independência econômica não tem um dia decisivo de ultimar-se, não pode fixar-se numa única data histórica, como a independência política, que hoje celebramos com o mesmo orgulho e o mesmo entusiasmo com que temos feito há cerca de cento e trinta anos.

A independência econômica é um eterno processo de desenvolvimento, uma sucessão de ciclos que se ampliam, que não raro se renovam, e que parecem desconhecer qualquer termo final. Para sustentá-la, portanto, para consolidá-la e para dilatá-la, é preciso manter sempre aceso o fogo sagrado e vigilante do nosso patriotismo e do nosso devotamento à causa pública. Todo novo governo tem por missão vencer mais uma fase desse processo: e o caminho percorrido será tanto maior quanto melhor forem assimiladas e compreendidas as grandes necessidades populares. Aproximar-se do povo, escutar-lhe as aspirações profundas, sentir-lhe a miséria, o sofrimento, o clamor de desespero que se levanta das camadas desfavorecidas da fortuna, acompanhar de perto os reclamos da subsistência individual, penetrar nas crises profissionais e domésticas, ouvir os apelos que saem dos lares, das oficinas, das fábricas, das escolas, das fazendas e dos campos; procurar resolver as crises, melhorar as condições de vida, aumentar o conforto e a assistência aos que trabalham, proporcionar a todos os homens padrões mais altos de existência e igualdade de oportunidade na luta pelo pão cotidiano – essa é a grande e primordial missão de todos os governos.

E, fazendo isso, estamos construindo lentamente a independência econômica e lutando contra os seus principais inimigos, que são o imperialismo, na esfera internacional, e a exploração do homem pelo homem, no meio interno. ”

Os ensinamentos do presidente Getúlio Vargas permanecem extremamente atuais, uma vez que, como ele apontou, são elementos que perduram por séculos.

Somente estes preceitos já tornariam Getúlio uma das maiores, senão a maior, das personalidades da história do nosso País. Mas Getúlio é muito mais: Getúlio é o Brasil independente, soberano e trabalhista. Getúlio sempre esteve e estará vivo. Afinal, sua obra é o próprio Brasil.

Na esteira revolucionária dos ideais getulistas, muitos avanços foram conquistados pelo movimento sindical e, conseqüentemente, pelos trabalhadores. E muitas das principais conquistas ocorreram inclusive ao longo do Estado Novo, período getulista de maior contestação pela historiografia revisionista e os movimentos políticos de viés liberal.

Embora o próprio Getúlio tenha se referido à “Ditadura do Estado Novo”, este termo – ou esta concepção – não reflete a verdade e o significado daquela época que, certamente, foi um dos mais fundamentais períodos da Era Vargas.

À época, para evitar a ascensão fascista que vigorava no Brasil, Getúlio foi obrigado pela conjuntura a dar um golpe de força, a partir do qual pôde imprimir amplas reformas estruturas fundamentais do Estado nacional, especialmente nos âmbitos econômicos e sociais, solidificando as bases para lançar um posterior processo de desenvolvimento econômico em consonância com os parâmetros trabalhistas da justiça social.

Foi nesse período, portanto, compreendido entre 1937 e 1945, também conhecido como do Estado Novo, em que a nação e, principalmente, os trabalhadores brasileiros, lançaram as bases que permitiram a solidificação de um contínuo acúmulo de direitos sociais, em paralelo com o soerguimento de um inédito processo de industrialização e de fortalecimento dos meios de organização sindical. Ninguém além de Getúlio possuía clareza e força política suficientes para promover as mudanças necessárias para o Brasil construir uma estrutura moderna de administração do Estado, pondo fim ao parasitismo oligárquico anteriormente hegemônico.

O Estado Novo promoveu a ascensão econômica e social de muitos brasileiros, e cristalizou as conquistas trabalhistas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com o fim de proteger o trabalhador e afirmar as linhas-mestras do nosso desenvolvimento industrial, que se estendeu de forma significativa até os anos 1980.

No Estado Novo foram criados o Ministério da Aeronáutica, a Força Aérea Brasileira, o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis, a Companhia Vale do Rio Doce, o Instituto de Resseguros do Brasil, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Conselho Federal do Comércio Exterior, a lei da sociedade anônima e a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Na obra de modernização das forças armadas, destaca-se a criação de fábricas de armamentos para reduzir a dependência externa. O Decreto-lei 395, de 29 de abril de 1938, declara de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo, torna de competência exclusiva do governo federal a regulamentação da indústria do petróleo e cria o Conselho Nacional do Petróleo. Foi construída e entregue a estrada Rio-Bahia, a primeira ligação rodoviária entre o Centro-Sul e o Nordeste do Brasil. Foi construída, por Getúlio, a “Rodovia Transnordestina”, atual BR-116.

Foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma obra que não terminou em suas cláusulas, mas que serviu de base para todos os avanços legislativos e conquistas oriundas da organização dos sindicatos, instituições resguardadas e protegidas contra atentados autoritários. Getúlio Vargas criou, no Estado Novo, a Justiça do Trabalho. Criou o salário mínimo e concedeu a estabilidade no emprego do trabalhador após dez anos no emprego.

Estas e outras realizações, sem falar da reforma geral do Estado, código eleitoral, voto da mulher, entre outros, são alguns exemplos de como Vargas conseguiu ser ele mesmo, implementando seu projeto. O Estado Novo, fazendo um paralelo com o slogan de Kubitschek, representou um avanço de 80 anos em 8.

Na década de 1950, Getúlio voltou ao governo nos braços do povo, eleito com massiva mobilização dos trabalhadores de todos o Brasil. Novamente dirigindo o Estado nacional, Getúlio ousou, entre 1951-1954, ampliar ainda mais o alcance das bandeiras nacionais e populares, o que forçou as alas retrógradas de nossas elites a se aliarem com os interesses estrangeiros para o derrubarem, exercendo as movimentações que redundaram no seu suicídio, em agosto de 1954.

Ainda assim, a morte de Getúlio foi incapaz de impedir o vigor do seu legado e presença na sociedade brasileira.

Por um lado, porque muitas de suas conquistas são indelévels: o “pai dos pobres”, como era conhecido, impulsionou a criação de companhias estatais fundamentais para nossa industrialização, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco e a Petrobras, além de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); fortaleceu os sindicatos, reconhecendo seus direitos políticos e dando-lhes condições materiais para ampliarem suas reivindicações; consolidou os direitos trabalhistas, em defesa do povo trabalhador brasileiro, com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); deu um salto decisivo na estrutura produtiva nacional, que permitiu avançarmos em prol de um vigoroso processo de industrialização.

Por outro lado, e ainda mais relevante, pois fez surgir a mais poderosa ideologia nacional e popular brasileira, cristalizada no trabalhismo e na ininterrupta organização dos trabalhadores em defesa dos seus direitos.

Sem sombra de dúvidas, com ou sem Getúlio, as bandeiras em prol da soberania nacional, do desenvolvimento econômico e da justiça social mantém, até os dias de hoje, sua chama acesa em nosso imenso Brasil. É em defesa da sustentação e ampliação de seu grande legado que, hoje, lutamos para garantir um país de fato alinhado com seus ideais. Afinal, Getúlio vive no coração dos trabalhadores e nas mais importantes páginas da história de nossa nação.

SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO



SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

DEUTERONÔMIO 23.20 – “AO ESTRANGEIRO EMPRESTARÁS COM JUROS, PORÉM A TEU IRMÃO NÃO EMPRESTARÁS COM JUROS, PARA QUE O SENHOR, TEU DEUS, TE ABENÇOE EM TODOS OS TEUS EMPREENDIMENTOS NA TERRA A QUAL PASSAS A POSSUIR.”

Analisando os números, é possível afirmar que o Brasil, nas últimas quatro décadas, tem apresentado ciclos econômicos que se destacam por um crescimento modesto ou quase inexistente, demonstrando a sua incapacidade de engrenar uma ascensão duradoura tal como aquela que permitiu que, entre as décadas de 1930 e 1980, fosse o país do mundo ocidental que mais cresceu economicamente no mundo.

São inúmeros os fatores responsáveis por este fenômeno negativo. Mais acentuado, talvez, seja a impossibilidade de o setor produtivo se desenvolver a ponto de girar virtuosamente a economia e o mercado. A baixa e engessada capacidade de investimento é apontada pelos economistas como o principal entrave para tal realização.

E, analisando os fatos e a concretude das políticas econômicas de nossos últimos governos, não teria como ser diferente, pois os dois principais agentes (Estado e setor produtivo privado) capazes de suprir e acelerar o atendimento das necessidades da grande massa populacional estão completamente anulados pela ação de um terceiro elemento, que absorve a maior e mais significativa parcela da riqueza de toda a sociedade: o sistema financeiro.

Em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano

Essa quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social, segundo dados do Instituto "Auditoria Cidadã da Dívida". Para se ter uma ideia, um mês gasto com juros representa todo o gasto com o Sistema Único de Saúde. Quinze dias de juros é mais do que o gasto em educação, cinco dias é superior à previsão dos investimentos com habitação popular.

Não existe orçamento que suporte tamanho dispêndio. Os economistas brasileiros identificados com o pensamento progressista são unânimes em afirmar que a taxa de juros brasileira é imoral e aviltante. São juros que inviabilizam o setor empresarial, impedindo o financiamento da produção, da ampliação da capacidade instalada ou a modernização do nosso parque produtivo.

De acordo com o Instituto "Auditoria Cidadã da Dívida", "devido aos diversos privilégios do Sistema da Dívida que beneficiam principalmente o setor financeiro privado nacional e estrangeiro, o estoque da dívida já supera R\$ 4,5 trilhões de reais: o volume de títulos da dívida interna emitidos já soma R\$ 3,3 trilhões, e a dívida externa bruta supera US\$ 554 bilhões de dólares!

A análise dos gastos com a dívida não deve ficar restrita aos fabulosos números tanto dos gastos anuais como de seus estoques. É necessário ressaltar que a dívida atual é altamente questionável, pois é produto de inúmeras ilegalidades e ilegitimidades desde a sua origem espúria no período da ditadura militar até os tempos atuais.

Apenas para ilustrar, cabe citar algumas infâmias que impactam a geração de dívida pública:

- a) Taxas de juros absurdas, estabelecidas sob influência de banqueiros, utilizando-se o pretexto de combater uma inflação que nada tem a ver com taxa de juros, mas com a alta de preços administrados pelo próprio governo (como luz, água e combustíveis) e da alta de alimentos, causada por fatores climáticos;
- b) Aplicação de "juros sobre juros", prática considerada ilegal, conforme Súmula 121 do STF;
- c) Aplicação das mais altas taxas de juros do mundo, sem justificativa técnica;

- d) Utilização da dívida interna onerosa para financiar a compra de dólares especulativos que ingressam no País (sob o pretexto de evitar que o Brasil seja atingido por crises internacionais, mas que poderiam ser evitadas por meio do controle de fluxo de capitais) e destinação desses dólares para as reservas internacionais que não rendem quase nada ao País;
- e) Utilização da dívida interna onerosa para financiar questionáveis empréstimos do BNDES a juros subsidiados e prazos a perder de vista para grandes empresas privadas que realizam obras no exterior.

Por tudo isso, reivindicamos a realização de uma completa auditoria da dívida pública, tanto interna como externa, desde a sua origem. A contínua destinação de elevados montantes para o pagamento de “amortização” da dívida, suavizados sob o rótulo de “mera rolagem”, assim como dos extorsivos juros desse questionável processo, estão sacrificando a sociedade. Além de arcar com pesada e distorcida carga tributária, a sociedade não recebe os serviços sociais essenciais, como saúde e educação. O País está com seu desenvolvimento socioeconômico travado, a serviço de garantir lucros escorchantes ao sistema financeiro, e apodrecido pela corrupção.”

Segundo publicação de setembro de 2019 da revista Forbes, o Brasil possuía, à época, cerca de 200 bilionários. Somadas, as suas fortunas chegam a mais de 1 trilhão e 200 bilhões de reais, correspondendo a nada menos do que 44,45% do orçamento da União executado em 2019. Entre os bilionários, 75% de suas fortunas e negócios estão relacionados diretamente com o capital financeiro — bancos, seguradoras, planos de saúde e serviços privados, operadoras de cartões e outros, comprovando o caráter parasitário de tais atividades.

Um estudo publicado pelo Departamento Intersindical de Economia e Estatística (Dieese) apontou que os bancos passaram completamente ilesos aos efeitos da pandemia ao longo de 2020. Segundo o estudo, os cinco maiores bancos do sistema financeiro nacional lucraram cerca de R\$ 79,3 bilhões ao longo desse ano. Ainda assim, tal lucro extraordinário não impediu que esses mesmos bancos fechassem milhares de postos de trabalho e mais de mil agências, desempregando grandes contingentes de trabalhadores brasileiros, sem atentar para a calamitosa situação social da pandemia.

Ainda na esteira da pandemia, no segundo trimestre de 2021, a soma dos ganhos dos gigantes do capital financeiro – Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Santander – atingiu o maior lucro líquido trimestral da história, chegando à marca dos R\$ 23,1 bilhões.

Tal hegemonia do capital financeiro no âmbito das políticas governamentais não é novidade, afinal desde os anos 1980 é quase que agenda ininterrupta dos distintos governos que atravessaram o comando de nosso Estado nacional. Dessa forma, perderam ênfase os investimentos produtivos, com a cada vez maior redução de postos de trabalho e a precarização das atividades laborais.

No governo de Jair Bolsonaro, tal orientação em favor dos grandes bancos e da especulação financeira foi ainda mais ampliada, com as desastrosas políticas neoliberais do ministro da Economia, Paulo Guedes. No começo de 2021, o sancionamento, por Bolsonaro, da Lei da Independência do Banco Central constituiu a cereja do bolo da entrega dos sustentáculos da política econômica nacional para as grandes corporações parasitárias que destroem a indústria, o emprego e os direitos sociais dos brasileiros.

Ainda em 2015, em entrevista ao jornal Valor Econômico (27/06/2015), o economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, já fazia uma breve análise que muito ajuda a entender os principais gargalos decorrentes da hegemonia do capital financeiros nas orientações da política econômica nacional:

“O Brasil precisa de uma reforma fundamental em seu setor financeiro. Vocês têm uma das taxas reais de juros mais altas do mundo. Não é de surpreender que isso esteja afugentando os investidores. Todas essas questões são históricas, mas acho que qualquer um que olhasse para o sistema financeiro brasileiro, com suas taxas de juros reais altíssimas, diria: ‘Não surpreende que vocês não consigam crescer’. É preciso pensar como reformar o setor financeiro do Brasil para que funcione melhor. Não há razão para o Brasil não crescer e, principalmente, para haver um aumento no desemprego. Vocês têm excesso de capacidade em determinadas áreas, mas a questão é o que está gerando inflação e quais são os gargalos e como solucioná-los.”

DESINDUSTRIALIZAÇÃO: CAUSAS E SOLUÇÕES



DESINDUSTRIALIZAÇÃO: CAUSAS E SOLUÇÕES

**A HISTÓRIA DO BRASIL,
PARTICULARMENTE A REPUBLICANA,
TEM MUITO A NOS ENSINAR.
AO ANALISARMOS AS POLÍTICAS
ECONÔMICAS IMPLEMENTADAS EM
DETERMINADOS PERÍODOS, E SEUS EFEITOS
SOBRE O NOSSO CRESCIMENTO, PODEMOS
VERIFICAR QUE O ATUAL CENÁRIO NÃO
É NADA PROMISSOR, DEMANDANDO UMA
MUDANÇA DE RUMOS URGENTE.**

Chegamos ao limite: Ou tomamos as medidas necessárias, enfrentando os problemas de fundo, sobretudo no que diz respeito a confrontar os poderosos interesses do sistema financeiro internacional, ou retrocederemos de forma substancial.

Até 1930, o Brasil manteve preponderantemente uma política econômica baseada no alinhamento aos ditames liberais, priorizando uma inserção primário-exportadora e desindustrializante que apenas interessam às oligarquias rurais que dominavam o país há décadas.

Foi somente a partir da Revolução de 1930, conduzida por Getúlio Vargas, que o Brasil passou a planejar suas ações em consonância com o fortalecimento da presença do Estado na economia, sobretudo nos segmentos estratégicos, articulando os sustentáculos que permitiram que, até a década de 1980, o país ingressa num prolongado período de crescimento econômico e de robusta industrialização. Assim, logramos nos tornar o país do mundo ocidental com maior crescimento econômico de tal período.

Esta política perdurou até a década de 1980, quando uma série de obstáculos internacionais passaram a ser impostos ao prolongado processo de desenvolvimento em

voga no Brasil. No começo da década de 1990, tais sabotagens internacionais se somaram ao entreguismo de diversos setores das elites brasileiras, que, ao longo do governo de Fernando Collor, prestaram apoio aos processos de privatizações e venda de ativos estratégicos nacionais. Desta forma, ingressamos definitivamente em nossa Era Neoliberal, marcada pela hegemonia do rentismo e da especulação financeira, em detrimento das atividades produtivas e do primado da orientação estatal e planejada do desenvolvimento econômico.

Desde então, reina no Brasil o primado da desindustrialização, dos investimentos meramente especulativos, das privatizações, da dilapidação das empresas e do patrimônio nacionais, medidas que agravam o aumento do desemprego, da miséria, da precarização das condições laborais e da falta de perspectiva que assola grandes contingentes do povo brasileiro.

Ainda que ocasionalmente tenhamos conseguido pequenos surtos de crescimento econômico, estes não foram acompanhados da retomada de políticas industriais ou de qualquer rompimento com a submissão aos ditames das corporações financeiras e do capital internacional. Dessa forma, os governos de Collor, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro mantiveram-se, ainda que com diferenciações importantes, na mesma esteira de manutenção dos principais vetores da Era Neoliberal, a era da destruição do patrimônio e legado nacionais construídos a partir das lutas populares que triunfaram em decorrência do processo iniciado na Revolução de 1930.

Dessa forma, lidamos nessas últimas décadas com um crescimento minúsculo se comparado ao que atingimos entre as décadas de 1930 a 1980, quando o Brasil cresceu a uma taxa média de 7% ao ano, tornando-se uma das economias com a maior expansão mundial do período. Nesse período, da Era Desenvolvimentista, conseguimos, aos trancos e barrancos, desenvolver um extenso parque industrial, nossas principais empresas e instituições estatais, além da infraestrutura fundamental para conseguirmos avançar ainda mais.

Contemporaneamente, o país tem optado pelo caminho exatamente inverso àquele que obteve sucesso anteriormente. Em detrimento do planejamento e intervenção estatal na economia, os governos liberais promovem a sistemática diminuição da presença do Estado nacional nos distintos segmentos da política brasileira, fortalecendo as corporações privadas e transnacionais, abrindo unilateralmente as portas da economia

para o capital estrangeiro e especulativo, e consolidando o paradigma de um processo de desindustrialização jamais com dimensões jamais antes vistas na história do Brasil.

Se outrora a participação da indústria no PIB nacional orbitou números superior aos 30%, hoje retoma números semelhantes ao do país oligárquico e primário-exportador existente no período anterior ao da Revolução de 1930, com índices abaixo dos 10%. Ou seja, é diretamente proporcional a relação entre a participação do Estado na economia com o crescimento econômico e com a industrialização, fator fundamental para qualquer país que anseie ser independente e desenvolvido, como demonstram todas as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento nacional ao redor do mundo.

Em apertada síntese, é possível concluir que o período histórico em que o Brasil mais cresceu foi quando conseguiu equilibrar a fundamental e indispensável entre o planejamento e intervenção do Estado na economia com o direcionamento e atração do capital produtivo privado, mantendo um equilíbrio salutar que sustentou um prolongado período de crescimento e desenvolvimento nacional.

Só existe uma fórmula para atendermos às demandas do nosso povo:
MAIS Estado, MAIS Setor Produtivo, MENOS Capital Especulativo = MAIS Crescimento,
MAIS Industrialização, MAIS Justiça Social.

Neste ponto, cabe destacar outra declaração do Nobel de Economia, solidificando a clareza de que não há outro caminho:

“Os países que seguiram a política americana foram os países que tiveram o pior desempenho. Há uma clara ligação entre nossa política – a política americana, que ajudou a gerar desigualdade e problemas como a globalização – e aqueles, como os países escandinavos, que trabalharam para conter o aumento da desigualdade. Suécia, Finlândia e Noruega conseguiram crescimento na renda per capita igual ou mais rápido do que os EUA e com muito maior igualdade.”

Outro exemplo didático de que devemos retomar a política de fortalecimento do Estado e de diminuição do capital especulativo e dos monopólios externos na economia é a China, nação que ostenta atualmente o título que foi do Brasil no período entre 1930 e 1980: o país que mais cresce no mundo.

A China é o país com o maior crescimento econômico nas últimas décadas, com a média de crescimento do PIB em torno de 10% ao ano, o que permitiu a retirada de mais de 700 milhões de chineses da miséria ao longo das últimas quatro décadas.

Tudo isso mantendo uma articulação entre a atração planejada e orientada do capital internacional com a manutenção de uma extensa base de sustentação nas empresas estatais, que funcionam como um pilar para o desenvolvimento da indústria e dos serviços, além da tecnologia, que é sem dúvidas o grande diferencial da economia chinesa contemporânea.

E a própria história das lutas sociais no Brasil indica exatamente a necessidade de retomarmos um caminho alinhado com tal perspectiva. Foi exatamente por isso que em 1988 lutamos e conseguimos estampar na Constituição Cidadã este equilíbrio de forças, impondo limites ao capital predatório, diferenciando empresas brasileiras das estrangeiras e dando forças ao setor público para alavancar o setor produtivo nacional.

Para o economista, o Brasil precisa resgatar a estratégia baseada no fortalecimento da indústria nacional, por meio das empresas estatais, de modo a retomar seu potencial de desenvolvimento. Segundo aponta, as companhias públicas são fundamentais para garantir a competitividade do País. “Os grandes articuladores da industrialização eram as empresas estatais – Eletrobras, Petrobras, etc. O papel estratégico das empresas estatais foi fundamental, e nós destruímos isso com a privatização. O que acontece com o Brasil é a incapacidade de perceber o que você precisa ter como articulação da economia para poder manter o desenvolvimento”, comentou.

Cabe ao movimento sindical lutar para resgatar os conceitos consagrados na Constituição de 1988 e nas grandes conquistas da Era Desenvolvimentista, revertendo o entreguismo parasitário que prospera no país desde a década de 1990, retomando um caminho digno para o nosso Brasil, que há de ser marcado pelo predomínio das bandeiras em prol da soberania nacional, do desenvolvimento econômico e da justiça social.

TRABALHADORES DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA



TRABALHADORES DO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA

O TRABALHO RURAL CERTAMENTE É UMA DAS PROFISSÕES MAIS NOBRES PARA QUALQUER POVO, AFINAL, ESTAMOS TRATANDO DO ALIMENTO QUE VAI À NOSSA MESA TODOS OS DIAS.

Neste sentido, a valorização do trabalhador rural, da agricultura familiar e a efetiva realização da Reforma Agrária, com apoio tecnológico e econômico para os produtores, é uma questão fundamental.

A dura realidade das famílias do campo atualmente é preocupante. A falta de perspectivas, de apoio e estrutura faz com que muitos pais de família assistam a seus filhos enveredarem para outros mundos, atraídos pelo tráfico de drogas, da prostituição infantil ou da submissão ao trabalho escravo.

No Brasil é preciso retomar uma das questões centrais defendidas nas Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart: a Reforma Agrária, dentro de um processo de distribuição justa e eficaz de terras no Brasil.

Não uma reforma agrária com a doação de pequenos pedaços de terra, mas uma reforma agrária justa, com habitação digna, saúde, educação, apoio técnico e financiamento público.

Dar protagonismo ao homem do campo, evitando a desvalorização do trabalhador rural, dando-lhe capacitação e qualificação profissional, tornando-os personagens centrais e agentes atuantes no campo.

Neste sentido, o cooperativismo serve como um motor importante para a União, sendo um sistema que organiza os trabalhadores, ajuda com o escoamento da produção e contribui para o aumento da renda familiar.

Além do mais, o fortalecimento de correntes ideológicas reacionárias e entreguistas têm ensejado, nos últimos anos, a radicalização das perseguições políticas aos movimentos sindicais e sociais vinculados com as lutas agrárias. Conseqüentemente, é de extrema relevância a articulação do meio sindical para, junto das forças progressistas da sociedade brasileira, organizar bandeiras unitárias em favor dos avanços na legislação e nas políticas públicas em defesa dos segmentos populares das zonas rurais e interioranas do país.

Retomar a centralidade da reforma agrária caminha, portanto, com os objetivos fundamentais de todos aqueles que batalham cotidianamente por um país mais próspero, soberano e desenvolvido.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO



CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

Inteligência artificial, internet das coisas, grandes bancos de dados, blockchain, 5G, impressão 3D, robótica, drones, edição de genes, nanotecnologia e tecnologia fotovoltaica. Parece familiar? Essas são algumas das áreas chamadas de 'alta tecnologia', um mercado que segundo o Relatório de Tecnologia e Inovação 2021 da UNCTAD já representa cerca de 350 bilhões de dólares. Em 2025, esta quantia poderá crescer para mais de 3,2 trilhões de dólares. A UNCTAD afirma que a recuperação pós-COVID-19 oferece uma oportunidade aos governos e à comunidade internacional para uso de tecnologias novas e de ponta para combater as desigualdades geradas pela pandemia.

Contudo, segundo outro levantamento, a inovação tecnológica no Brasil, principal pilar do desenvolvimento econômico, está minguando lentamente. De acordo com a classificação mundial de inovação mais importante da atualidade, que avalia aspectos como disponibilidade de crédito, mão de obra qualificada e ambiente político, o país está perdendo sua capacidade inovativa ano a ano, sobretudo para economias emergentes.

O que mostra essa tendência é o Índice Global de Inovação (IGI), produzido todos os anos pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi). O Brasil somava 37,75 pontos na sua capacidade de inovação em 2011, quando o índice passou a ser publicado anualmente. Isso o colocou em 47º lugar no ranking mundial. Em 2020, atingiu apenas 31,94 pontos e desceu para o 62º lugar no mundo. Foi a pior nota obtida pelo Brasil em uma década.

O Brasil é mais do que capaz de criar tecnologias de ponta, como nossa história mostrou através de inúmeros investimentos feitos nos setores petrolífero, de aviação e agrícola. Contudo o desmonte do estado brasileiro que já se mostrava acentuado quando da realização do II Congresso CSB em 2017, tomou proporções assustadoras desde lá com a entrega de campos estratégicos da Petrobras, uma venda atabalhoada da EMBRAER que apesar de não se concretizar por completo já notoriamente acabou por entregar parte da tecnologia desenvolvida C&T, com uma pressão cada vez maior por uma harmonia entre produção de

alimentos e preservação do meio ambiente que só pode ser alcançada através de processos e pesquisas que diminuam o impacto no meio ambiente ao mesmo tempo em que garantam a sobrevivência de povos pelo mundo.

Diante desses desafios, a CSB mantém sua defesa pela criação de uma empresa pública para o setor de TI, a exemplo da Petrobras, com a intenção de potencializar o desenvolvimento e investimento nacional no segmento. Esta empresa, de economia aberta, mas sob o comando do Estado, poderia congrega as empresas públicas de tecnologia, como Serpro e Dataprev, atuando como um player substantivo para estimular e canalizar as forças nacionais para o segmento.

Além disso, é essencial um olhar especial sobre potenciais ainda inexplorados por uma série de governos presos a dogmas do passado, sobretudo no setor de bioeconomia, para uma relação mais harmônica entre o progresso econômico e o meio ambiente.

Dentro dessa proposta, o campo reúne conhecimentos em biotecnologia, biologia sintética, química de renováveis e outras áreas para criar produtos e serviços de menor impacto para a natureza.

Para citar apenas dois pontos nessa rede de oportunidades, a energia eólica e a Amazônia brasileira, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), o potencial de geração do país é de cerca de 500 gigawatts. Esse número é três vezes maior que o atual parque nacional gerador de energia elétrica com todas as fontes disponíveis. Enquanto isso, guardamos em nosso território, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, 20% da quantidade total de espécies existentes no mundo está no Brasil, grande parte delas na Amazônia. Essa é uma das razões para entidades nacionais e internacionais lutarem pela proteção da floresta, a fim de limitar queimadas e outras modalidades de desmatamento em prol da agricultura e da pecuária. O que muita gente não sabe é que, junto à biotecnologia, as espécies da Amazônia são capazes de gerar riquezas em diversos formatos, inclusive para empresas que decidem explorar sua biodiversidade para descobrir novas funções para elas.

Atualmente, já há mais de 245 espécies da flora nacional utilizadas como base para cosméticos e biofármacos, acompanhadas por 36 espécies de plantas que servem de base para fitoterápicos.

Além de representar investimentos nesta área, sobretudo para atender às demandas urgentes de modernização, representará, sem dúvida, um marco histórico para qualquer governo que busque deixar sua marca no desenvolvimento nacional e na emancipação do nosso povo.

ATAQUE AOS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS



ATAQUE AOS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Vivemos um período de crise política derivada de ampla polarização e severa crise econômica e social. A direita se movimenta com grande tranquilidade, enquanto setores da esquerda batem cabeça e mostram que não aprenderam nada com os erros cometidos no passado.

É inegável que conquistamos importantes avanços nos governos Lula e Dilma. Mais de 36 milhões de brasileiros foram tirados da extrema pobreza por meio das mais de 14 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família. Em um primeiro momento e, em grande medida devido a um cenário favorável da economia política internacional, geramos empregos, crescemos e avançamos. No entanto, o que se viu foi a perpetuação de décadas de desindustrialização do país, como vimos, além de uma grande abertura ao rentismo.

As consequências de tais escolhas foram de ordem econômica e social, piorando a vida da grande maioria da população brasileira: o governo não titubeou em encaminhar duas MPs (664 e 665), que efetivamente cortaram direitos dos trabalhadores, rompendo compromissos há décadas consolidados. Tais retrocessos foram perpetuados posteriormente com a Reforma Trabalhista, que desintegrou a CLT e alterou o sistema de financiamento sindical de modo a enfraquecer sua atuação, além da Reforma da Previdência, responsável por retroceder direitos relacionados ao sistema de seguridade social. Hoje, a MP 1045 já simboliza uma verdadeira minirreforma trabalhista, precarizando ainda mais o trabalho e flexibilizando direitos em meio à maior crise sanitária e econômica já vivenciada.

Diante de tamanha perversidade, uma parcela do movimento sindical se calou. Criou-se uma cortina de fumaça para evitar o embate. A onda de regressão social se acentuou com as operações que atingiram a Petrobras. A economia entrou em recessão, o desemprego aumentou, os erros grosseiros da cúpula do governo ampliaram seu desgaste e a crise política paralisou o País, levando o governo eleito a optar pela aliança com o capital financeiro, ampliando seus ganhos e amplificando as vozes das reformas contrárias aos

trabalhadores.

Consolidou-se um modelo neoliberal de sucateamento de recursos, sob a falácia de um Estado mínimo, mediante a aprovação de uma nova agenda de privatizações de empresas públicas estratégicas ao nosso desenvolvimento e garantidoras de direitos fundamentais da população, tal como a Eletrobras e sua missão de garantir e ofertar energia elétrica aos brasileiros, além de pesquisa e investimento em infraestrutura como a operação de usinas, linhas de transmissão e subestações.

Não é segredo algum que existe um forte movimento no sentido de retirar direitos trabalhistas e sociais. Há mais de duas décadas, o movimento sindical luta para aprovar projetos que melhorem as condições de vida dos trabalhadores brasileiros. Mas todos estão paralisados. Um dos casos mais gritantes é a redução da jornada de trabalho. É difícil encontrar no País alguém que seja contra esta medida, pois ela é justa e inadiável.

Contudo, uma pequena parcela da elite brasileira, muitos deles netos e bisnetos dos mesmos que adiaram a abolição da escravidão, consegue barrar esta justa e salutar medida para o País e o povo. Usam de sua influência econômica e as mesmas alegações de seus avós.

O mesmo ocorre com a regulamentação da prestação de serviços especializados que, sem lei, deixa à margem da sociedade uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros. Redução da jornada, direito de negociação coletiva para o servidor público, fim da demissão imotivada, atualização da tabela do imposto de renda e correção da Tabela do FGTS também são temas que geram ojeriza em poucos e suspiros em milhões de brasileiros, e agora correm o risco de ser ainda mais dificultados e precarizados, mediante a Reforma Administrativa - PEC 32, que se busca aprovar.

Mas, como o fim da escravidão, a aprovação destas medidas será conquistada. É apenas uma questão de tempo. Urge, portanto, ampliarmos a mobilização, resistirmos neste momento para retomarmos o protagonismo e a força que permitam novos avanços. Estes trarão justiça social, com base na ampliação dos direitos trabalhistas, da massa salarial e do poder de compra dos trabalhadores, pontos importantes e cruciais para o fortalecimento do mercado interno brasileiro. O caminho da justiça social e da ampliação dos direitos sempre será nossa principal bandeira.

EDUCAÇÃO, CULTURA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



EDUCAÇÃO, CULTURA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A educação e a cultura podem ser compreendidas como parte do amplo leque de direitos sociais. Mais do que isso, a educação e a cultura são partes indissociáveis do ser humano, sendo não só capazes de efetivamente emancipar o homem, como também cruciais para a efetivação de um processo de desenvolvimento que garanta a melhora da vida da população.

Se desejamos que o processo de reconstrução social seja capaz de contribuir para a satisfação dos interesses e necessidades do ser humano, este que é o fim último do processo de desenvolvimento nacional, não há como se falar em desenvolvimento sem que se tenha a educação e a cultura o ponto de partida e fim.

A educação é condição fundamental para a qualificação profissional e a cultura é justamente a dimensão que conecta um povo a partir de suas características próprias, especificidades e visões de mundo. A educação e a cultura são, portanto, elementos para se atingir o desenvolvimento, posto que integram o leque de instâncias atreladas à melhora qualitativa dos padrões de vida de nossa população.

No entanto, o afunilamento dos direitos sociais e o sucateamento das pastas da educação e da cultura vêm impossibilitando, cada vez mais, a efetivação do acesso de nosso povo à educação pública e de qualidade.

O mesmo se dá em relação a investimentos públicos capazes de garantir os direitos culturais para a produção, difusão, ampliação e consumo de bens e serviços culturais, além da proteção e subsídios ao mercado cultural brasileiro, setor este responsável por empregar mais de 5 milhões de brasileiros e que correspondia, em 2019, a cerca de 2,5% do PIB.

As pastas sempre foram alvos de governos descomprometidos com o desenvolvimento nacional. Dentre tantos retrocessos e problemas de ordem histórica e da falta de planejamento de políticas para os setores, o retrocesso se dá sobretudo por um problema comum: de sucateamento de investimentos públicos diante da Emenda Constitucional 95/2016. Com a materialização de uma política neoliberal, o conhecido Teto de Gastos opera mediante a falácia de um Estado mínimo que inviabiliza a efetivação de direitos sociais e a melhora da vida da população.

Somente em 2019, a educação perdeu R\$ 32,6 bilhões para o Teto de Gastos. O Ministério da Educação é o órgão do governo federal que teve o maior bloqueio de verbas no Orçamento de 2021. Foram R\$ 2,7 bilhões bloqueados apenas na pasta. Além do bloqueio, o orçamento deste ano teve cortes de quase R\$ 30 bilhões.

O MEC foi o segundo com maior corte, no montante de quase R\$ 4 bilhões, que terá um grande desafio para a volta às aulas presenciais. Isso afeta não só o investimento em infraestrutura, corpo docente e estrutura dos equipamentos estudantis do ensino em geral, como também especificamente ao ensino superior, inclusive quanto às despesas discricionárias, como pagamento de bolsas.

No setor cultural o cenário é ainda pior. A pasta, que já havia tido sua estrutura administrativa desintegrada com o fim do Ministério da Cultura em 2019, e após uma série de realocações dentro de ministérios, teve em 2017 o montante de 43% de corte de gastos.

Em 2021, o corte previsto foi de 78% e, somado a problemas de coordenação das políticas culturais, acarretou a paralisação de editais - como aqueles ligados ao Fundo Setorial do Audiovisual, e o próprio Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, conhecido como Lei Rouanet e o maior responsável pelo investimento indireto no setor - além da redução de equipes técnicas na administração direta e indireta.

Para além dos cortes orçamentários, durante o início de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro realizou a revisão das políticas de patrocínio de empresas estatais à cultura. Linhas de incentivo de entidades como a Caixa e Banco do Brasil e Correios foram reduzidas significativamente, havendo ainda o redirecionamento de aportes da Petrobras, historicamente uma das maiores financiadoras da cultura. Dessa forma, projetos culturais que contavam com tais apoios acabaram sendo suspensos ou reduzidos, ante a ausência de medidas substitutivas.

O sucateamento do setor público ligado à tais direitos sociais se dá pelo fato do atual governo e sua equipe econômica, ministrada por Paulo Guedes, estarem mais preocupados em respeitar o Teto de Gastos do que investir na emancipação humana, na formação de nosso povo, no desenvolvimento, na geração de emprego, na profissionalização e movimentação de um mercado nacional em expansão.

É em tempos como esse que lembramos Brizola, que dizia ser “a educação o único caminho para emancipar o homem. Desenvolvimento sem educação é criação de riquezas apenas para alguns privilegiados”.

Sem educação, sem cultura e sem a profissionalização dos brasileiros e brasileiras, não há desenvolvimento. Se nossas bandeiras são a justiça social, a redução das desigualdades e o desenvolvimento, defender uma educação de qualidade e para todos, e defender a efetivação dos direitos culturais, são questões de primeira ordem.

Para tanto, há de se retomar o investimento em tais setores e nos serviços públicos. Porque dinheiro para a educação e para a cultura não é gasto: é investimento em nosso povo e no futuro de nosso Brasil.



SEGURANÇA PÚBLICA



SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública vive uma crise permanente. Os dados são estarrecedores. Nas últimas décadas o Brasil mudou, mas o campo da segurança pública permaneceu congelado no tempo, prisioneiro da herança legada pelo Brasil Império. Não obstante alguns inegáveis avanços sempre frutos de iniciativas individuais, mas que esbarram na arquitetura constitucional arcaica, ultrapassada e inédita em termos mundiais.

Para citar apenas as estatísticas mais representativas, o país continua estacionado na faixa dos 25 a 27 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Em termos absolutos, os 60 mil casos por ano correspondem a um nada honroso primeiro lugar mundial. Temos a terceira maior população carcerária do mundo (e a que mais cresce), com aproximadamente 540 mil presos; e, ao mesmo tempo, elevada impunidade (com uma média de 8% dos homicídios dolosos investigados com êxito).

Há muito tempo o Parlamento brasileiro discute a mudança do modelo atual, através das tímidas propostas que hoje tramitam nas duas casas, porém os interesses corporativos de alguns segmentos, tem prevalecido sobre o interesse público, travando as discussões e inovações e mantendo a população refém da epidemia de homicídios e violência generalizada que assola o país. Ocorre que a situação caótica atual extrapolou todos os limites e as eleições de 2018 mostraram que a população deseja mudanças urgentes e respostas imediatas.

Neste sentido, merece destaque o trabalho inovador da “Comissão Especial de Estudo Unificação das Polícias Cíveis e Militares” criada no âmbito da Câmara dos Deputados em 2015. A Comissão percorreu diversos países do mundo (Alemanha, Itália, França, Estados Unidos, Canadá, Áustria, Chile, Colômbia e Japão) com a finalidade de estudar as estruturas e modelos de polícia utilizados, além de realizar diversas audiências públicas e seminários no Brasil, e, em seu relatório final apresentado em julho de 2018, aponta para a necessidade urgente de modificações na Constituição Federal brasileira, para estabelecer um novo modelo de Polícia para o Brasil e que contemple os seguintes conceitos, dentre outros: carreira única, adoção do ciclo completo, criação da escola nacional de segurança pública para unificação nacional da doutrina policial, organização com base na hierarquia e na disciplina, valorização dos princípios de polícia comunitária, orientada para o fortalecimento da confiança entre a polícia e a sociedade, formação inicial unificada, desvinculação total das forças armadas, etc.

A profunda refundação do sistema de segurança pública na esfera da União vai ao encontro das conclusões da Comissão antes mencionada, e busca a modernização das estruturas carcomidas da segurança pública, para adequá-las ao desejo do constituinte originário de 1988 e ao mesmo tempo dotá-las de conceitos mundialmente consagrados de gestão da segurança pública e eficiência policial, a saber:

A. Exigência de ciclo completo realizado pelo agente policial: a instituição policial deve ter caráter ostensivo e investigativo. Assim compreendido como a possibilidade do Agente Público de segurança que opera na instituição realizar as duas tarefas (prevenção e investigação).

B. Exigência de carreira única com ingresso pela base da corporação (cargo inicial): a existência de duplicidade ou multiplicidade de cargos isolados na mesma carreira, com estatutura distinta, nas diversas instituições policiais, é reconhecidamente causadora de graves conflitos internos e ineficiências. A proposta avança ao propor a carreira única na instituição policial com respeito ao acesso universal por concurso público, pela base da corporação, vale dizer o cargo inicial. É preciso registrar que essa medida não é incompatível com o princípio hierárquico ou com o estabelecimento de gradação interna à carreira, que permita a ascensão do profissional, com base no consagrado e constitucional instituto da promoção, mediante adequada capacitação e formação, a partir de instrumentos meritocráticos, ressalvados recrutamentos excepcionais e imprescindíveis para funções técnico-científicas que não possam ser preenchidas pelos profissionais oriundos da base da corporação.

Evidentemente, tais processo de transformação exigem implementação cuidadosa, com participação e monitoramento intensos por parte da sociedade civil e rigoroso respeito aos direitos adquiridos dos profissionais de segurança pública, os quais devem ser modulados em Lei Complementar que fará a regulamentação a partir do mandamento constitucional.

A Autonomia investigativa consagra o princípio da eficiência, adotado nas Polícias mais modernas do mundo, aí incluída a autonomia técnico-científica. Princípio segundo o qual deve se submeter somente aos controles constitucionais e legais, como o controle externo da atividade policial feito pelo Ministério Público, devendo ser protegida de ingerências externas, sobretudo do campo político-partidário.

No campo específico de alterações do CPP, sugere-se um limitador de recursos, para que o acesso ao judiciário seja democratizado (tentando a busca da igualdade processual para os hipossuficientes) sem exacerbar no direito de petição, hoje banalizado e sem o devido reconhecimento e merecimento estratégico.

Por fim, importante também migrarmos e adaptarmos nosso sistema de execução penal. O trabalho deve voltar a ser a regra. Deve ser devidamente recompensado, para que a voluntariedade seja estimulada nesse exercício, por meio de depósitos em contas vinculadas ao detento e também reduções e progressões de pena atrelados ao trabalho. Repensar as penas provisórias e a aplicabilidade das penas de restrição de liberdade aos “chão de fábrica” do tráfico é medida que também merece estudo técnico de análise.



OS IMPACTOS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL



OS IMPACTOS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A crescente valoração dos direitos humanos, a função pacificadora e humanística do Estado e sua obrigação com a paz social, foram colocadas de lado e demos um largo passo no sentido da subordinação à economia globalizada, retraindo direitos garantidos e fragilizando a organização dos trabalhadores com um duro golpe na estrutura financeira dos sindicatos decorrentes do advento da reforma trabalhista, em novembro de 2017, fruto de um golpe parlamentar que abriu a porta da excepcionalidade, cabendo uma reflexão para entender como chegamos até aqui.

A reforma apresentada pelo governo, defendida pelos interesses do capital, votada e aprovada pelo Congresso Nacional, trouxe inúmeras alterações na legislação laboral, no sistema de relações de trabalho, na estrutura sindical e no papel do estado, com a promessa de gerar milhões de empregos, trazer segurança jurídica para empresas e modernidade para as relações de trabalho, porém, não atingiu nenhum dos seus objetivos, tornou o sistema instável, menos seguro e não confiável.

A geração de emprego depende da necessidade que decorre do aumento da demanda pelo produto ou serviço do empregador. Ninguém contrata ou deixa de contratar por causa do custo, a não ser para demitir um empregado caro para contratar outro mais barato. Sem geração de renda que possibilitasse o aumento do consumo, o mercado de trabalho formal não reagiu e a modernidade pretendida naufragou na exploração de quem detém o poder econômico em desfavor da classe trabalhadora, num modelo de capitalismo que concentra lucros e socializa o prejuízo.

A estrutura sindical foi impactada com a mudança do conceito tributário da contribuição sindical, que passou de imposto para uma mera contribuição facultativa. Da mesma forma, outros meios de financiamento sindical, regularmente tratados em acordos e

convenções coletivas, passaram a ser objeto de conflito nas negociações, em decorrência das mudanças da sistemática de autorização prévia de desconto das contribuições, introduzidas pela reforma trabalhista.

A pretensão de desmonte sindical se seguiu com outras medidas governamentais, a exemplo da MP que limitou as contribuições com recolhimento somente por boletos individualizados, e outras tantas portarias e MPs que fragilizaram ainda mais a estrutura dos Sindicatos.

A hierarquia das normas que regem as relações de trabalho, foi afetada pela disputa da prevalência do negociado sobre o legislado e a legislação positivada, possibilitando inúmeras mudanças ao texto das leis, inclusive contra princípios de proteção ao trabalhador, porém, limitou o estabelecimento de meios de custeio da estrutura sindical, o que demonstra cristalina as pretensões da reforma, cujo objetivo era de fragilizar as relações de trabalho e não o de dar liberdade e poder às negociações coletivas.

O judiciário, em especial nas instâncias superiores, teve papel decisivo no desmonte da estrutura sindical e na perda de direitos trabalhistas, validando regras nitidamente inconstitucionais, assim como a imprensa, comprometida com os interesses do capital, que desempenhou um papel de convencimento coletivo da classe trabalhadora para aceitação de regras contrárias aos seus interesses.

Completando o enredo trágico, a Pandemia da Covid-19 promoveu a desaceleração econômica, aumentando o desemprego, diminuindo o poder de compra dos trabalhadores e afetando ainda mais a estrutura sindical. O governo, incompetente e mal intencionado, não conseguiu dar as respostas necessárias à sociedade e falhou nas medidas protetivas sanitárias, da vida e da geração de emprego e renda.

OS CAMINHOS PARA A SUBSISTÊNCIA DO SISTEMA SINDICAL

Tendo como princípio fundante a defesa da unicidade sindical como mecanismo de proteção e regulação do sistema, impossibilitando a interferência patronal na organização dos trabalhadores e na criação de sindicatos por empresas ou ainda por setores, a Central defende a necessidade de um modelo inclusivo que possibilite a representação de todos os trabalhadores.

Da mesma forma, a Central entende que o respeito à norma constitucional é o caminho para garantir a autonomia das assembleias sindicais, capazes de estabelecer meios, junto aos trabalhadores, para o financiamento sindical como preceitua o Inciso IV do Art. 8º da Constituição Federal, devendo a atuação e a luta sindical, juntamente com demais atores sociais, demonstrar à Suprema Corte a necessidade de rever posições limitantes neste sentido.

A autonomia da assembleia é o que há de mais valioso para a garantia dos interesses da classe trabalhadora, e a ela deve ser reconhecido o valor e a soberania, prevalecendo sobre a interpretação judicial ou tutela do estado em sentido contrário, em todas as questões, inclusive no estabelecimento de meios de sustentação da estrutura sindical.

A publicidade em convenção ou acordo coletivo das decisões autônomas da assembleia deve ser garantida, mas, da mesma forma, garantir a legalidade da aplicação das decisões para aquelas entidades que, por razão de ausência de representação patronal ou ainda ente público, não pactuam normas coletivas.

Lutar, incentivar e se posicionar para que o Brasil seja signatário de normas internacionais do trabalho é forma concreta de limitar meios precarizantes, ataques à proteção humana e ao trabalho decente, devendo ser bandeira de todos que compõem nossa organização.

No momento em que as verdades se foram e restaram certezas temporárias, o futuro depende de resistência, mas também de uma atuação organizada no sentido de garantir a subsistência do sistema, aliado à participação na disputa do equilíbrio na correlação de forças no âmbito político. É preciso reinventar conceitos e não o Sindicalismo. O desafio de incentivar o movimento sindical a conduzir sua reestruturação para ampliar a representação, agregar força e promover unidade, demonstrando à sociedade a compreensão do papel central que cumprem as entidades sindicais, também passa pelo aprimoramento e direcionamento da Central, cuja função não é a de tutelar os sindicatos, mas sim de estimulá-los.

É hora de voltar ao patamar do sindicato ser a força do trabalhador e o trabalhador ser a força do sindicato.

MUNDO DO TRABALHO E O FUTURO DO EMPREGO



MUNDO DO TRABALHO E O FUTURO DO EMPREGO

Relatório divulgado pelo Fórum Econômico Mundial prevê que, até 2025, a automação e a divisão do trabalho entre humanos e máquinas fecharão 85 milhões de empregos no mundo em empresas de médio e grande porte em 15 setores e 26 economias, incluindo o Brasil.

Além disso, a aceleração da automação e as consequências da recessão trazida pela pandemia aprofundaram as desigualdades existentes nos mercados de trabalho e reverteram o cenário de abertura de vagas, afetando especialmente comunidades historicamente à margem do mercado de trabalho, como negros e mulheres de baixa renda e escolaridade.

Apesar dos números assustadores, o mesmo relatório prevê a criação de 97 milhões de empregos em áreas como cuidados com saúde, tecnologias da quarta revolução industrial e criação de conteúdo. Mas todos estes necessitam de um processo agudo de requalificação profissional que só irá acontecer com uma reformulação grande e constante de sistemas educacionais no Brasil, preparando toda uma geração para os desafios do mercado de trabalho do futuro.

No Brasil, junta-se ao drama mundial de perda de empregos pela crise e automação um outro fator importante, os reiterados desmontes das garantias legais que abarcavam o trabalhador. O resultado disso se vê na taxa constante, há meses, de desemprego no Brasil que atingiu a taxa recorde de 14,7% no 1º trimestre de 2021, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chegando a 14,8 milhões de pessoas. Se somados aos desempregados a população desalentada (quem desistiu de procurar uma oportunidade no mercado de trabalho) temos mais 6 milhões de pessoas, crescendo 25,1% ante o mesmo período de 2020. O percentual de desalentados na força de trabalho foi de 5,6%. E por fim, como efeito nefasto das reformas e políticas neoliberais que dominaram o Brasil nas últimas décadas e têm sua epítome na figura de

Paulo Guedes, temos 34 milhões de pessoas atuando na informalidade. Sem garantia de um salário digno ao fim do mês ou qualquer salvaguarda de direitos constitucionais que foram conquistados ao longo de duras batalhas na história brasileira e lançados no esquecimento pelas reformas trabalhista, previdenciária e inúmeras medidas provisórias sacadas por uma elite entreguista e predatória.

Países no mundo já se movimentam para uma transição à economia 4.0 e até discutem medidas como uma renda mínima para trabalhadores que cairão no ostracismo e não encontrarão lugar no mercado de trabalho futuro. O papel do estado brasileiro passa exatamente por essas questões e definirá se o Brasil se tornará uma das economias do futuro ou um país que possuindo todas as ferramentas em mão para liderar o futuro da humanidade, optou por um passado que não tem mais espaço no mundo moderno.

Como medidas urgentes, enxergamos como principal, que se lance um olhar sobre esses mais de 60 milhões de brasileiros vivendo na informalidade, em especial os que estão sob julgo de plataformas digitais predatórias, sem nenhuma regulamentação ou obrigação para com seus trabalhadores, é diante delas que se faz urgente a regulamentação dos novos modelos, trazidos sob a justificativa de flexibilização das relações de emprego. Não estamos discutindo simplesmente a natureza da relação entre “parceiros” e empregadores, mas a necessidade de impor responsabilidades, para que seja assegurado o direito à saúde, segurança e vida do trabalhador.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A SOBERANIA NACIONAL



RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A SOBERANIA NACIONAL

Analisando o atual panorama das relações internacionais, percebe-se claramente a consolidação de um momento que podemos assinalar como de transição sistêmica, no qual a potência hegemônica consolida seu momento de declínio, mas ainda não há o estabelecimento de uma potência capaz de ocupar o seu espaço de hegemonia. Mais especificamente, se assiste a um sequencial enfraquecimento da capacidade de domínio político, econômico e militar dos Estados Unidos da América sobre o restante do globo terrestre, e a ascensão de um polo de poder específico que ameaça sua hegemonia, mais fundamentalmente concentrado na China.

Ao longo da história da diplomacia brasileira, não raramente o país esteve defronte situações como essa, nas quais o contexto internacional forçou a nação a articular estratégias para interagir com polos opostos ao tempo em que priorizava a concretização de seus objetivos nacionais estratégicos.

Vale recordar que, ao longo de sua gestão à frente do Itamaraty, o Barão de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, se deparou com uma conjuntura na qual gradualmente os EUA vinham ocupando a centralidade que outrora a Grã-Bretanha tivera para o Brasil. Conservador confesso, e filho do monarquista Visconde do Rio Branco, o Barão não estabeleceu a chamada aliança não-escrita com os estadunidenses por admirar suas ideologias ou sistema de governo, mas por ter consciência da relevância das relações com aquele país para garantir a estabilidade e desenvolvimento ao Brasil naquele momento histórico.

Da mesma forma, Getúlio Vargas não se furtou de, em meio à Segunda Guerra Mundial, estabelecer a equidistância pragmática entre a Alemanha nazista e os EUA, ameaçando ingressar na guerra ao lado dos alemães apenas para garantir as melhores condições de negociação ao Brasil junto dos EUA, o que resultou no reequipamento das Forças Armadas e a instalação de uma planta siderúrgica avançada no Brasil, que veio a ser a de Volta Redonda.

Em contraste, a atual gestão diplomática brasileira afronta a história da diplomacia brasileira, e busca tomar lado na disputa sistêmica internacional sem atentar aos principais interesses políticos, econômicos e sociais do nosso país. Dessa forma, adere acriticamente à esteira da oposição à China, se alinhando com discursos reacionários de setores estadunidenses sem considerar que, na atual quadra histórica, os chineses constituem nada menos do que os principais parceiros comerciais do Brasil, desde 2009. Em 2019, a China foi responsável por cerca de 80% do superávit comercial brasileiro, por um comércio bilateral que representa mais de US\$ 100 bilhões ao ano, e por mais de US\$ 80 bilhões em investimentos no país.

Ao longo de sua campanha eleitoral, Bolsonaro fez inúmeras referências à China como país que estaria “comprando o Brasil”. O ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, chegou a afirmar que a China havia escondido informações sobre o coronavírus do resto do mundo para lucrar com a venda de equipamentos médicos, e o ex-chanceler Ernesto Araújo nomeou o coronavírus de “comunavírus”.

Paralelamente, o governo de Bolsonaro tem sido responsável por acumular diversos constrangimentos e conflitos com outros importantes parceiros brasileiros, tais como os países árabes e até mesmo a Argentina.

Quanto aos primeiros, fez questão de romper com a histórica neutralidade brasileira perante os conflitos entre Israel e os países árabes, dando seguidos sinais de favorecimento a Israel, ainda que os árabes representem importante fatia de nossas principais exportações. Quanto à Argentina, principal parceira brasileira na América Latina nas últimas décadas, acumulou rugas com o presidente eleito Alberto Fernández, chegando ao cúmulo de romper com a já consolidada tradição de assistir à posse presidencial do novo mandatário argentino.

Por fim, há de se perceber que o desalinhamento da política exterior e inserção internacional brasileiras caminham de mãos dadas com a desorientação dos próprios rumos da política nacional nas últimas décadas. Ao longo do século XX, o pragmatismo e equilíbrio da política externa brasileira permitiram ao país consolidar as fronteiras territoriais nacionais, buscar os principais subsídios para o processo de desenvolvimento econômico e industrialização, abrir mercados para nossos produtos, e estabelecer laços consistentes nos relacionamentos não apenas com as grandes potências, mas também com relevantes polos de poder alternativos, abrindo mercados e oportunidades na América Latina, na Ásia, no Leste Europeu e no Oriente Médio.

Desde a década de 1990, a hegemonia das orientações neoliberais na política brasileira tem dilapidado sistematicamente a capacidade do Estado dar consequência à recuperação e manutenção de nosso parque industrial, reduzindo a presença brasileira em terceiros mercados e condenando à esterilidade iniciativas genuinamente oriundas de nossa diplomacia, tais como o impulso à integração entre os países sul-americanos e o estreitamento de nossa influência sob demais áreas estratégicas do globo terrestre.

O atual caos ensejado pela orientação infantil e irresponsável da política exterior do governo Bolsonaro aprofunda essa crise, que apenas há de ser superada com a retomada de um caminho soberano para o país, com a instalação de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que retome a industrialização nacional e alinhe o paradigma de nossa inserção internacional aos objetivos deste projeto.

DEMOCRACIA E CONSTITUIÇÃO



DEMOCRACIA E CONSTITUIÇÃO

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ (1988) A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ EXPRESSOU AS NECESSIDADES E OS ANSEIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA, EM ESPECIAL, NA SOBREPOSIÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CIDADÃOS E DOS DIREITOS COLETIVOS E SOCIAIS

A Constituinte de 1988 foi um dos processos mais democráticos, profundos e modificadores da nossa história recente. Foi o momento em que o povo, a partir do primado da soberania popular, expresso no artigo 1º da Carta, de que todo poder dele emana, revisou seus preceitos, objetivos e fins enquanto uma sociedade justa, igualitária e desenvolvida. A Constituição Federal estabeleceu ainda os parâmetros para assegurar os direitos essenciais da sociedade, sobretudo do ponto de vista das liberdades democráticas.

A Constituição Cidadã expressou as necessidades e os anseios da sociedade brasileira, em especial, na sobreposição dos direitos fundamentais dos cidadãos e dos direitos coletivos e sociais.

Com a publicação da Carta Magna, concluímos o projeto dos positivistas brasileiros, que desde o Império tentavam estabelecer os direitos elementares do cidadão na Suprema Legislação do País. Se a consigna positivista cravejou nossa bandeira (Ordem e Progresso), os conceitos de justiça, cidadania, soberania, desenvolvimento, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e o pluralismo político, parte destes idealizados por esta corrente de pensamento, foram estampados na Constituição.

Consagramos direitos adquiridos, consolidamos anseios sociais e pavimentamos o caminho para os avanços que se consolidaram ao longo dos anos de nossa recente retomada da democracia. Estabelecemos ainda, no campo econômico, pilares estruturais que, infelizmente, ainda não foram postos em prática e hoje se transformaram no principal

entreve para o nosso desenvolvimento, em especial, no que se refere aos abusos do sistema financeiro.

Na esfera social, asseguramos a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, a cultura, o lazer, a segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, entre outros direitos que fundamentam programas que libertaram milhões de brasileiros do desamparo histórico a que foram submetidos.

No campo sindical, asseguramos os princípios elementares para fortalecer as entidades sindicais e as lutas dos trabalhadores, consagrando o direito de greve, a redução da jornada de trabalho para 44 horas, mantendo a unicidade sindical e a contribuição compulsória, instrumentos fundamentais para a independência dos trabalhadores.

Contudo, nossa Constituição Cidadã, que consagrou em dada medida um programa de desenvolvimento, orientando a transformação das estruturas sociais, econômicas e culturais de nosso país e buscando garantir sobretudo a justiça social, vem sendo dilacerada em suas mais diversas áreas e dimensões.

Foi assim no que tange à ordem econômica e financeira prevista na Constituição, que diante de governos neoliberais que entregam as riquezas de nosso país e enfraquecem a proteção e investimentos públicos no mercado interno, vem sofrendo o esvaziamento do princípio da soberania econômica. A questão é acompanhada pelos constantes processos de privatização do setor público e das estatais brasileiras, estas constitucionalmente criadas e operadas para a garantia dos imperativos da segurança pública ou de relevante interesse coletivo, como as invertidas do governo para privatização da Eletrobras, idealizada por Getúlio Vargas, os correios, o desmonte da Petrobras e outros retrocessos de ordem econômica e social.

Os direitos sociais e trabalhistas foram, de igual forma, retrocedidos e esvaziados de suas missões constitucionais. A reforma trabalhista, por exemplo, implicou na perda de mais de 1 milhão de trabalhadores sindicalizados. A promessa era a criação de 2 milhões de empregos, mas o resultado foi termos hoje mais de 14 milhões de desempregados. Antes da pandemia, a taxa de desemprego reduziu apenas 0,4%, sendo os empregos criados parte do conjunto de trabalhos precários, sem jornada de trabalho, vínculo empregatício ou salários fixos.

O quadro de enfraquecimento dos direitos é intensificado ainda pela reforma da previdência, pela MP 1045/2021, que renova a redução de salários e jornada dos empregados, sendo considerada uma mini reforma trabalhista, além de outras medidas que se buscam aprovar e que precarizam as condições de trabalho e reduzem direitos dos trabalhadores, como a PEC 32, conhecida como a Reforma Administrativa.

Tais retrocessos não só simbolizam um enfraquecimento do texto e dos direitos garantidos por nossa Constituição Cidadã, como também da democracia brasileira. Para além de constantes investidas contra o voto popular e o regime democrático, passamos por governos que são ocupados por aqueles que estão mais preocupados com a manutenção de interesses de uma reduzida parcela da população, mediante uma tecnocracia estratificante, do que efetivamente representarem o povo e de seus direitos, além dos interesses da nação e de seu desenvolvimento.

Não podemos nos esquecer que foi a partir dos pilares de nossa constituição e dos pilares da democracia, aliados a políticas progressistas implementadas nos últimos anos, que o País conseguiu avançar, integrando e promovendo a melhora na vida de milhões de brasileiros, que passaram a formar um mercado consumidor de extrema importância mundial.

Somente a partir do Estado Democrático de Direito é que torna-se possível a garantia e efetivação dos direitos individuais e sociais, a fim de melhorar as condições de trabalho e materializar um projeto nacional de desenvolvimento que enfim proporcione a geração de empregos, o acesso à saúde, à educação, à cultura, à moradia, e as mais diversas garantias constitucionais que significam a melhora da vida da população.

Esta massa de “novos brasileiros” passou a vislumbrar e a sonhar com novas conquistas. Estes milhões de brasileiros e outros milhares que ainda permanecem sob a penúria exigem e necessitam que o País avance mais e, principalmente, mais rápido. Estes brasileiros exigem mais qualidade na educação, na saúde, na habitação, no transporte coletivo, no saneamento, ou seja, exigem mais e melhores serviços públicos.

É preciso que o Estado brasileiro retome para si seu dever constitucional de garantir a efetivação dos direitos, mediante um arcabouço legal vocacionado à justiça social e ao combate às desigualdades, além do investimento em serviços públicos de qualidade e empresas públicas aliadas aos interesses coletivos. Esta missão somente poderá ser concretizada pelo fortalecimento de nossa democracia e efetivação da soberania popular.

CARTA DE PRINCÍPIOS



A **Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB** – é uma entidade pública de direito privado, sem fins lucrativos, sujeita à legislação vigente, dotada de autonomia própria e duração por prazo indeterminado.

A **Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB** tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal e atuação em todo o território nacional, tendo por objetivo a defesa intransigente dos interesses sindicais, sociais e políticos das entidades sindicais a ela filiadas, dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados.

A **Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB** foi criada em processo democrático, soberano e independente pelos delegados e convidados presentes em sua Assembléia de Lançamento no dia 08 de fevereiro de 2008, em Brasília-DF, respaldada pelas correspondências de adesão que refletem o desejo de profissionais em todo o território nacional.

A **Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB**, classista e democrática, nasceu da necessidade de representação própria sentida por profissionais liberais e autônomos em todo o território nacional, entendendo que é também necessário congregiar todos os demais segmentos de trabalhadores, voltando suas atividades no sentido de travar de forma unitária, soberana e independente ação comum que busque a concretização dos ideais expressos na presente... **Carta de Princípios.**

I – A CSB e a Sociedade Atual

I.1 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a busca da **Paz Mundial**, assegurando desde já que denunciará e se oporá a todos aqueles que, por motivos vãos ou por cobiça, tentem impor ou deflagrar a guerra. Defendemos o **direito dos povos à autodeterminação** e assumimos a democracia como único e justo caminho para resolver politicamente os problemas da sociedade e dos povos, pelo que combateremos sempre a ingerência estrangeira em qualquer nação, **reafirmando que a solidariedade e a cooperação são os caminhos da classe trabalhadora.**

I.2 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em **denunciar as injustiças** contra os trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados, em qualquer parte do mundo, assim como travar todos

os combates possíveis em **defesa da manutenção dos direitos históricos** até aqui alcançados. Reafirmamos que nossas ações serão sempre contra a retirada dos direitos consagrados nas legislações e nas vitórias do movimento sindical organizado.

I.3 – A CSB proclama, em alto e bom som, que entende o **trabalho** como o valor maior do ser humano e riqueza da sociedade, pelo que lutará permanentemente em defesa da sua **valorização**.

I.4 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar e zelar pela consolidação de **um Estado de Direito com democracia**, liberdade, participação social, justiça social e moralidade das instituições públicas e privadas.

I.5 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a **defesa da soberania nacional, do patrimônio e da riqueza da nação** que pertencem, antes de tudo, aos seus trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados. Proclamamos nossa certeza de que a **construção da verdadeira cidadania** é o caminho para o desenvolvimento social e para o combate às injustiças.

I.6 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar pela **igualdade social** no país, defendendo um modelo de desenvolvimento econômico político e social que **corrija as injustiças sociais** e estabeleça condições dignas de vida à população brasileira e, em particular, ao que constroem a riqueza do país.

I.7 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em **defender o planeta** contra os efeitos da extrema exploração conduzida pelas empresas que estão exaurindo o meio ambiente. Comprometemo-nos a **denunciar as raízes da degradação da natureza** e a lutar para que nossos filhos possam herdar um planeta limpo e habitável.

II – A CSB e os trabalhadores

II.1 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar pelas condições de criação de uma **situação de Pleno Emprego** no país, estabelecendo uma economia voltada para as necessidades da sociedade e através da criação de condições para que todos os cidadãos possam **exercer suas profissões de forma honesta e legítima**.

II.2 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso com o **desenvolvimento econômico sem exclusões sociais**, denunciando as **mazelas do neoliberalismo** e seus deletérios efeitos sobre os trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados e sobre a sociedade em geral, pugnando para defesa de nossas riquezas e do capital nacional.

II.3 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso de **defender a liberdade e a autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras para organização de suas entidades representativas e sindicais**, denunciando todas as práticas e ações que visem interferir na livre organização. Reafirmamos nossa certeza de que a **Ação Sindical é legítima**, eficaz e progressista forma de resistência trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados, em todos os países.

II.4 – A CSB proclama, em alto e bom som, sua convicção de que a **unicidade sindical é a legítima e democrática garantia** da representação trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados e a forma que mais interessa aos nossos representados, assegurando também que é necessário **manter sempre as respectivas estruturas** de interlocução.

II.5 – A CSB proclama, em alto e bom som, sua certeza no **papel do dirigente sindical como legítimo representante** dos interesses dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados e como agentes da mudança social, pelo que não poupará esforços para dar plenas condições de trabalho e de formação a estes. Reafirmamos nosso **compromisso de capacitar os dirigentes** para a ação que se faz necessária em nossa sociedade.

II.6 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a **defesa do sistema de custeio universal, através da manutenção da contribuição sindical compulsória**, estando esta assegurada por lei, sem prejuízo das demais formas de sustentação financeira da organização sindical aprovadas em assembleias dos interessados.

II.7 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em **combater a ingerência e a intervenção do Estado nas atividades sindicais e na estrutura confederativa** assegurada em nossa legislação, reafirmando seu compromisso com a defesa da autonomia das entidades representativas dos profissionais trabalhadores.

II.8 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso com a busca de instrumentos capazes de **garantir o acesso dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados, excluídos da economia formal aos direitos sociais** de assistência, à moradia digna, seguridade social e políticas de emprego e renda.

II.9 – A CSB proclama, em alto e bom som, que reconhece, **apóia e incentiva a luta dos funcionários públicos da União, dos estados e dos municípios pelo direito de representação sindical, pelo direito de livre negociação** e todas as demais prerrogativas garantidas ao conjunto da classe trabalhadora brasileira.

II.10 – A CSB proclama, em alto e bom som, que está **atenta aos conflitos hoje existentes no campo brasileiro** e assegura sua intransigente **defesa da livre organização sindical para os trabalhadores e trabalhadoras rurais**, combatendo todas as formas de injustiça, exploração e escravidão no meio rural.

II.11 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em defender uma **política salarial justa e única para o conjunto trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados**, ressalvadas as necessidades e particularidades das diversas categorias. Defendemos a **livre negociação entre as partes**, respeitando as representações sindicais em todos os níveis como legítimos articuladores desta política salarial.

II.12 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em **denunciar todos os atos anti-sindicais**, em particular aqueles que **ferem o direito de livre organização dos trabalhadores e trabalhadoras**, conforme o disposto nas Convenções da OIT quanto ao direito universal de sindicalização. Defendemos que **os trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados, são livres para associação em suas entidades**, não podendo ser constrangidos nesta opção.

II.13 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso na defesa do **direito de representação dos trabalhadores em todos os Conselhos, Comissões ou quaisquer outros espaços** garantidos por lei onde estejam em questão ou possam influir em temas de seu interesse, sobre seus direitos e prerrogativas, ou sobre os direitos sociais do conjunto da população.

III – A CSB e as instituições

III.1 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso na **defesa dos direitos consagrados na Constituição Federal** e, em particular, o disposto no Parágrafo Quarto do seu Artigo 60 quanto ao “voto direto, secreto, universal e periódico”; “a separação dos Poderes” e “os direitos e garantias individuais” como **cláusula pétreas da nossa legislação maior**.

III.2 – A CSB proclama, em alto e bom som, que pautará suas ações na **defesa de um sistema educacional de qualidade**, capaz de assegurar direitos iguais de acesso à população brasileira, **como condição básica e prioritária para o desenvolvimento nacional** e, em particular, dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados. Da mesma forma, assegura seu compromisso em **defender uma política nacional para as questões de saúde**, articulando sua ação com as da **sociedade civil organizada**. Defender uma **política de saúde pública**, garantindo os instrumentos de **controle da sociedade**.

III.3 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em lutar por uma **política nacional articulada e justa para a segurança pública**, assegurando o respeito à lei e à dignidade humana.

III.4 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso em **combater todas as formas de discriminação social**, sejam de natureza ideológica, étnica, religiosa ou sexual.

III.5 – A CSB proclama, em alto e bom som, seu compromisso de **combater e denunciar todas as formas de corrupção e de desrespeito aos valores éticos** da nossa sociedade, em particular aquelas que afetam diretamente os direitos dos trabalhadores profissionais liberais, autônomos e diferenciados e dos trabalhadores e trabalhadoras em geral, públicos ou privados, urbanos e rurais, ativos e inativos ou aposentados.



TRABALHADORES UNIDOS POR UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Realização



Patrocínio

